

| 816 | AMARGO PRESENTE DA CANA, DOCE PASSADO DO
AÇÚCAR: A SOBREVIVÊNCIA DO DISCURSO CANAVIEIRO NOS
PROGRAMAS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS À PREFEITURA DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES NAS ELEIÇÕES DE 2012

William Souza Passos

Resumo

Mesmo diante de um quadro de profunda crise, com o parque sucroalcooleiro reduzido a apenas três usinas em operação na safra 2011/2012, os grupos ligados às atividades da cana, do açúcar e do álcool em Campos dos Goytacazes tem obtido êxito na estratégia de fazer suas demandas corporativas ecoarem. O presente trabalho analisou os programas de governo dos cinco candidatos a prefeitura do município nas eleições de 2012, privilegiando o conteúdo referente às propostas direcionadas a agricultura, especialmente as ligadas ao setor sucroalcooleiro. Comparando com a bibliografia levantada, os resultados da pesquisa apontam que, a exceção de um candidato, todos os demais concorrentes apresentaram em seus programas de governo, em maior ou menor grau, a presença das reivindicações históricas dos atores ligados ao setor no município (fornecedores de cana e usineiros). Neste aspecto, a reeleição da prefeita Rosinha, em primeiro turno, com 69,96% dos votos válidos, que já vinha favorecendo o setor no primeiro mandato, oferece a garantia da continuidade, a nível municipal, do atendimento de suas demandas setoriais pelos próximos quatro anos, além da sobrevida destas atividades diante de um quadro regional de indefinição, com a instalação de dois grandes projetos de investimentos em curso, os complexos do Açú, em São João da Barra, e de Farol-Barra do Furado, na divisa entre Campos e Quissamã, que tendem a promover um conjunto de transformações na dinâmica do Norte Fluminense.

Palavras-chave: discurso, elites canavieiras, sobrevivência.

1. Apresentação

Do ponto de vista simbólico, subsiste no imaginário regional da população que habita a porção norte do estado do Rio de Janeiro três noções de região: uma, mais tradicional, constitui a região do passado, economicamente vinculada às atividades da cana, do açúcar e do álcool, polarizadas pelo município de Campos dos Goytacazes¹; outra, mais recente, constitui a região do presente, ligada às atividade de produção e extração de petróleo e gás da Bacia de Campos, sediada em Macaé; e uma terceira, que começa a se conformar neste momento, constitui a região do futuro, relacionada às duas intervenções em curso na região, os complexos logísticos e industriais de Farol-Barra do Furado, nos limites entre Campos e Quissamã, e, sobretudo, do Açú, em São João da Barra.

A primeira região, vinculada a atividades de caráter essencialmente rural, economicamente estagnada e detentora de um mercado de trabalho restrito e precário e nível

¹ Em alguns momentos, será utilizada aqui a forma abreviada do nome do município de Campos dos Goytacazes, ou seja, apenas Campos, reconhecida e utilizada de maneira recorrente pela imprensa e pela sociedade local.

de renda e de qualificação da mão de obra significativamente baixos. As duas últimas regiões, portadoras de atividades ligadas ao meio urbano e moderno, economicamente dinâmicas e demandantes de uma força de trabalho com um nível de remuneração e qualificação bastante superiores².

Nas últimas décadas, o norte do estado do Rio de Janeiro vem experimentando a implementação de um ciclo de grandes intervenções, ainda em curso, que resultaram em profundas transformações, polarizações e diferenciações econômicas, sociais e espaciais, que variam, em maior ou menor grau, no conjunto do território e em suas frações territoriais.

Na década de 1970, o parque sucroalcooleiro polarizado por Campos dos Goytacazes foi beneficiado pelo processo de reestruturação e modernização da agroindústria açucareira promovido pelo Proálcool, com a oferta de recursos fartos e baratos, no contexto da “modernização conservadora”³ desenvolvida pelo regime militar e do redirecionamento da política energética brasileira, em virtude dos dois choques do petróleo. Ao mesmo tempo, os anos 1970 assinalam, ainda, o início das atividades de extração e produção de petróleo na Bacia de Campos, sob a forma de enclave, e a instalação da Petrobras em Macaé.

Este último fato, em especial, ao produzir a configuração de uma nova sub-região, conduz ao estabelecimento de um processo crescente de diferencial espacial que vai opor a porção territorial onde passam a se desenvolver as novas atividades, dominada por Macaé, àquela que se caracteriza pelo estabelecimento das atividades tradicionais, polarizada por Campos.

Tal processo de diferenciação vai se somar a outro, anterior, que já opunha a porção norte, identificada pelas atividades ligadas à cana, ao açúcar e ao álcool, à porção noroeste, de identidade associada à pecuária, particularmente a pecuária leiteira, da qual é, ainda hoje, a maior produtora do estado, e ao cultivo do café, iniciado na segunda metade do século XIX. Nela, três municípios chegaram a figurar entre os maiores produtores de café do país (Cambuci, Santo Antonio de Pádua e Itaperuna), tendo Itaperuna, na década de 1920, alçado o posto de maior produtor de café do Brasil (Silva & Carvalho, 2004, p. 59).

² Para um aprofundamento acerca das duas primeiras regiões apresentadas, aqui denominadas “região do passado” e “região do presente”, consultar Cruz (2004, p. 111).

³ Para Cruz (2003, p. 115), a “modernização conservadora” consistiu, na verdade, num pacto entre o governo militar e as oligarquias regionais, e, muitas vezes, até locais, com a finalidade de garantir a reprodução destas últimas, em troca de apoio, nos marcos da modernização técnica brasileira. No caso do Norte Fluminense, isso possibilitou as elites açucareiras locais retomarem espaços perdidos e, assim, garantirem a reprodução do padrão produtivo e societário dominante na região.

Com o declínio das atividades cafeeiras, esta porção territorial passa a vivenciar, a partir da década de 1940, um profundo processo de esvaziamento econômico e demográfico, ficando restrita, fundamentalmente, à pecuária leiteira e a algumas atividades localizadas, como a produção de arroz, café, extração de pedras decorativas e horticultura, além da cana-de-açúcar (esta, contudo, não integrada ao ciclo de modernização das atividades canavieiras ocorrido no Norte Fluminense a partir da década de 1970). Em 1987, a porção noroeste é desmembrada, sendo oficializada, pelo IBGE, no Censo Demográfico de 1991, sob a denominação de Mesorregião Noroeste Fluminense.

A partir de 1999, com a exploração orçamentária dos municípios limítrofes a Bacia de Campos, em decorrência da vigência da lei do petróleo (Lei nº 9.478/97⁴), um novo processo de diferenciação espacial passa a se sobrepor às diferenciações já existentes no Norte Fluminense, opondo os municípios costeiros, detentores das novas receitas, àqueles localizados na hinterlândia regional, excluídos do recebimento das rendas petrolíferas.

Nos próximos anos, o início das atividades dos complexos do Açú e de Farol-Barra do Furado tende a acentuar ainda mais as atuais complexificações regionais, ao produzir novas configurações econômicas, sociais, demográficas e espaciais.

Por outro lado, do ponto de vista das atividades tradicionais, os recursos abundantes afluídos, nas décadas de 1970 e 1980, durante a vigência do Proálcool, possibilitaram a sobrevida da agroindústria açucareira regional, que desde a década de 1950 vinha perdendo fôlego diante das mudanças na política de cotas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)⁵. Este processo conduziu a uma aliança entre diferentes setores sociais do Norte Fluminense, a maioria de Campos dos Goytacazes, liderada pelas frações ligadas ao segmento canavieiro (usineiros e fornecedores de cana) e pecuário (fazendeiros). Coletivamente, estes setores realizaram um conjunto de articulações para dentro (com as autoridades locais) e para fora (com os governos estadual e federal), promovendo o

⁴ A Lei nº 9.478/97, apelidada de lei do petróleo, estabeleceu a quebra do monopólio da Petrobras na extração, transporte e refino do petróleo brasileiro, criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), modificou os critérios de distribuição e elevou as alíquotas das rendas petrolíferas destinadas aos entes federativos, estes dois últimos aspectos, até o momento em que este artigo foi escrito, objeto de intenso debate no Congresso Nacional e sem uma definição. Além da alíquota de 5% sobre o valor da produção, a Lei nº 9.478/98 instituiu os *royalties* excedentes ou participações especiais, uma alíquota adicional que varia em até mais 5%, incidindo sobre os lucros dos campos de elevada produção e rentabilidade e que, com o passar dos anos, passaram a gerar mais receitas para os municípios da Bacia de Campos que o próprio repasse de *royalties* (Serra, 2004, pp. 173-176).

⁵ Criado para combater os efeitos da Crise de 1929 no mercado interno, o IAA, inicialmente, estabeleceu uma política de divisão estadual de cotas, em aliança com as oligarquias regionais, incluindo a de Campos dos Goytacazes, fato que permitiu ao município se tornar, ao longo da década de 1930, o maior produtor de açúcar do país (Silva & Carvalho, 2004, p.63). Contudo, a partir de meados da Segunda Guerra Mundial, a melhoria das condições de abastecimento no mercado doméstico fez com que o IAA abandonasse, progressivamente, a política de cotas.

“fechamento” da região, no sentido apresentado por Oliveira (1977, pp. 31-32)⁶, e assumindo de forma “legitimada” e “reconhecida”, na acepção de Bourdieu (2007, pp. 107-132)⁷, o papel de *lideranças regionais e porta vozes* do Norte Fluminense (CRUZ, 2003, p. 122).

Cruz (2003, p. 124) lembra que um dos resultados mais eficazes da articulação regionalista e do projeto de dominação das elites de Campos dos Goytacazes, “em nome dos interesses regionais” e com o objetivo de monopolizar a interlocução com os poderes supralocais e influir no destino dos recursos a serem canalizados para a região, foi a instauração da Região Norte Fluminense, reconhecida e oficializada pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1975, como resultado da unificação das microrregiões de Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Miracema.

Este fato foi possível porque o restrito grupo das lideranças regionais havia logrado tal grau de legitimidade, autonomia e independência que chegaram ao ponto, mediante o uso de canais próprios, de dispensar a hierarquia oficial local de poder e, com isso, a necessidade de manter um vínculo orgânico com a prefeitura.

Contudo, não obstante o processo de modernização e o enorme volume de recursos afluídos à região durante o período de vigência do Proálcool, ao final da década de 1970, ganha corpo a percepção generalizada de que o montante de recursos apropriados no período, além de não ter promovido a dinamização da economia local, agravou antigos e ainda criou novos problemas.

Ao final, o parque sucroalcooleiro do Norte Fluminense terminou o ciclo dos anos 1970/1980 mais concentrado, especialmente, em Campos dos Goytacazes, e reduzido na cadeia produtiva, sem entrar no mercado de açúcar refinado. Amargou perdas de espaço nos mercados regional e nacional, e suas usinas foram absorvidas pelo capital pernambucano. Conheceu um processo de endividamento e inadimplência crescente, que culminou na fêlência e fechamento de boa parte de suas usinas. Aprofundou-se a concentração das unidades industriais e agrícolas e houve transferências de rendas. Os ramos de sua cadeia

⁶ Introduzindo a dimensão “política”, Oliveira (1977, pp. 31-32) atribui a noção de “fechamento” da região ao processo pelo qual as classes dominantes locais conseguem assumir o controle das condições de reprodução das relações sociais de produção. Nesta perspectiva, a “abertura” da região se daria na medida em que estas relações sociais não pudessem mais ser reproduzidas, abrindo caminho para a substituição da hegemonia das classes dominantes locais por outras de caráter nacional e, até, internacional e, ao mesmo tempo, para o início do processo de “integração” nacional da região, que culminaria na sua dissolução completa.

⁷ Introduzindo a dimensão simbólica na discussão sobre as regiões, para Bourdieu (2007, pp. 107-132), a instituição da região está relacionada a capacidade das representações sociais instaurarem uma dada realidade. Para que isso ocorra, é necessária a construção de uma identidade vinculada ao território, que legitime o monopólio de representação dos interesses locais e justifique a reivindicação de um tratamento diferenciado para a porção territorial a ela relacionada. Necessita, portanto, de porta-vozes e de um discurso, reconhecidos e legitimados internamente (para dentro) e externamente (para fora). Dessa forma, quando há o reconhecimento e a legitimação da existência de lideranças regionais, a região torna-se instaurada.

produtiva foram reduzidos à montante e à jusante, resultando num quase completo desaparecimento do complexo metal-mecânico, fornecedor de equipamentos para a lavoura, indústria e transporte, por um lado, e, por outro, da indústria de produtos alimentícios e bebidas derivados da cana e do açúcar, como o melado, a aguardente e os doces. Com o avanço da fronteira da cana, diversas atividades econômicas tradicionais foram destruídas (Cruz, 2006, p. 53-55).

Como conseqüência, houve um encolhimento do mercado de trabalho regional, particularmente o de Campos dos Goytacazes e seu entorno, em decorrência da substancial elevação da taxa de desemprego e subemprego, promovendo a proletarização do trabalhador rural e a precarização das relações trabalhistas. Espacialmente, o declínio do parque sucroalcooleiro resultou ainda num processo de urbanização acelerado, intenso e desordenado, que gerou dezenas de favelas e loteamentos clandestinos, além da formação de bolsões de pobreza nos arredores das maiores cidades da região (Silva & Carvalho, 2004, p. 65).

Desse modo, com o tempo, fortaleceu-se ainda mais a ideia de uma crise crônica e a crença de que a salvação da região viria necessariamente de sua ruptura com a dinâmica econômica atrelada ao setor açucareiro.

Neste contexto, as eleições municipais de 1988 no principal polo produtor do Norte Fluminense foram vencidas pelo candidato da oposição, Anthony William Matheus de Oliveira, o Garotinho (na época, no PDT), que liderou o movimento “Muda Campos” (que agregou setores alijados e insatisfeitos com o projeto monocultor açucareiro) e apoiou-se num discurso ácido contra os usineiros, chegando a acusá-los de “sugadores do dinheiro público” para benefício pessoal e “parasitas” da nação (Gomes Filho, 2003, p. 3).

Apesar do papel de oposição exercido neste momento e do discurso ácido, não se deve entender a eleição de Garotinho como o marco de um processo de deslocamento completo do poder, em nível municipal, por parte das elites ligadas a agroindústria sucroalcooleira. Pelo contrário, nos sucessivos governos municipais posteriores, os grupos ligados ao setor sucroalcooleiro, agora com uma estratégia atualizada, continuaram a ter parte de suas reivindicações corporativas atendidas e a ser beneficiados por políticas setoriais.

Em 2001, no Governo Arnaldo Vianna (1998-2004), foi criado o Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes (Fundecam)⁸, que utiliza parte dos *royalties* do petróleo da prefeitura para financiar, a juros subsidiados, a instalação ou ampliação de

⁸ Através da Lei nº 7.084 de 02/07/2001 e do Decreto nº 147 de 22/03/2002.

investimentos privados no município. Nos anos primeiros anos de atuação do fundo, dois projetos de grande porte, vinculados ao seguimento sucroalcooleiro, foram beneficiados: uma cooperativa de produtores de açúcar e álcool, a Coagro (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda), e uma fábrica de solventes de derivados da cana-de-açúcar anexa a uma usina, a HC Sucroquímica.

Em 2006, no Governo Alexandre Mocaiber (2005-2008), foi a vez dos plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar serem contemplados diretamente com uma linha de financiamento especialmente direcionada ao setor. Através da Lei nº 7.829/2006 e do Decreto nº 376/2007, a prefeitura cria o Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-açúcar (Fundecana) e entrega sua administração para a Cooperativa Mista dos Produtores de Cana-de-Açúcar (Cooplanta).

Em 2009, quem assume a prefeitura de Campos é Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, a Rosinha, ex-governadora e esposa do ex-prefeito Garotinho. No início do seu governo, um usineiro, Eduardo Crespo, assumiu a presidência do Fundecam.

Em 2012, Rosinha candidatou-se a reeleição, pelo PR, concorrendo com mais quatro candidatos: Makhoul Moussallem (PT), Arnaldo Vianna (PDT), José Geraldo (PRP) e Erik Schunk (PSOL). O conteúdo dos programas de governo dos cinco candidatos será o objeto da proposta metodológica deste trabalho.

2. Proposta Metodológica

A Lei Federal nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, introduziu uma pequena alteração (inclusão do inciso IX, no art. 11, §1º) na Lei nº 9.504 (Lei das Eleições), de 30 de setembro de 1997, passando a exigir dos candidatos a prefeito, governador e presidente da República o registro das propostas de governo como condição para o deferimento do registro das candidaturas. Em vigor desde as eleições de 2010, o pleito de 2012 foi o primeiro, a nível municipal, a exigir esta obrigação dos candidatos a prefeito.

Partindo desta exigência legal, o presente trabalho procedeu a análise dos programas de governo dos cinco candidatos a prefeitura de Campos dos Goytacazes, tradicional polo econômico regional do Norte Fluminense e detentor do maior colégio eleitoral do interior do estado do Rio de Janeiro. No material analisado, privilegiou-se o conteúdo referente às propostas direcionadas a agricultura, especialmente as ligadas ao setor sucroalcooleiro. O principal objetivo da análise foi o de verificar, dentro das propostas apresentadas pelos candidatos a prefeitura de Campos dos Goytacazes em seus programas

de governo, a presença das reivindicações históricas, apontadas pela bibliografia levantada, dos atores ligados ao setor sucroalcooleiro do município (fornecedores de cana e usineiros).

A observação do conteúdo das propostas analisadas permite identificar parte do sucesso do conjunto das estratégias e ações desenvolvidas, em nível municipal, pelos atores ligados ao setor, tendo em vista a sua sobrevivência ou reprodução, especialmente diante de uma conjuntura de crise aguda do setor.

Como referência, adotou-se os programas de governo publicados pelo jornal eletrônico Terceira Via, sediado em Campos dos Goytacazes, com acesso realizado em 09 de setembro de 2012. Dados os limites deste artigo, optou-se pela elaboração de um quadro comparativo, com base no material analisado, sintetizando as propostas de cada candidato direcionadas a agricultura, seguida de uma análise sucinta. O resumo dos resultados da pesquisa será apresentado a seguir.

3. Resultados da Pesquisa

A apresentação dos resultados da pesquisa será dividida em duas partes. A primeira segue abaixo e se refere ao quadro comparativo elaborado a partir das propostas dos cinco candidatos a prefeitura de Campos. A segunda, logo após o quadro, constitui uma breve síntese da análise das propostas direcionadas a agricultura por cada concorrente.

Quadro 1 - Síntese das propostas direcionadas a agricultura nos programas de governo dos cinco candidatos a prefeitura de Campos dos Goytacazes em 2012.

Candidato	Síntese das propostas direcionadas a Agricultura
Arnaldo Vianna (PDT)	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio a diversificação agrícola como fonte alternativa de produção de renda, além da descentralização dos serviços do setor agropecuário e da Secretária de Agricultura, através da criação de núcleos regionalizados no interior do município.▪ Oportunidade de crédito para o pequeno trabalhador rural, garantindo-lhe condição de mercado de produção, rentabilidade de suas atividades e melhoria do padrão de vida familiar.
Erik Schunk (PSOL)	<ul style="list-style-type: none">▪ Incentivar a Agricultura Familiar no Município.▪ Instituir mercados populares para venda de alimentos e produtos do trabalho individual e cooperativo.▪ Criação de Agrovilas na Zona Rural com casas de tijolos e colunas

	<p>e área para plantio de agricultura de subsistência.</p>
<p>José Geraldo (PRP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às reivindicações das indústrias ceramista e sucroalcooleira com a implantação de um programa de financiamento de recursos e outro de qualificação e certificação industrial. ▪ Concessão de incentivos e apoio técnico-financeiro às cooperativas de produção e de serviços. ▪ Implementação de programas de apoio à irrigação de áreas plantadas com o propósito de aumentar a produtividade agrícola, buscando a diversificação de atividades rurais, em especial as <i>commodities</i>. ▪ Definir uma política de incentivo a atividades agroindustriais com a criação de projetos de diversificação de lavouras tecnicamente conduzidas, com a participação das universidades e instituições (UENF, UFRJ, EMATER e PESAGRO) na área de suporte tecnológico e científico, criando uma política agrícola afinada com a vocação e cultura local, além de uma nova fronteira de desenvolvimento para o município e voltada para os distritos. ▪ Quantificar e planejar um programa de recursos tecnológicos, gerenciais, energéticos, hídricos e viários para dar sustentabilidade à política agrícola. ▪ Desenvolver projetos para coleta, reciclagem e compostagem do lixo orgânico na sede e nos distritos, para aplicação na agricultura orgânica, reavaliando o atual modelo de coleta privatizada em atividade. ▪ Levantamento de dados cadastrais dos produtores e das potencialidades de cada distrito, em termos de recursos de solo, hídrico, eletrificação, acesso, possibilidade de capacitação técnica, tipo de atividade principal e secundária praticadas, interesse em participar de programa específico, etc. ▪ Definição dos tipos de culturas a serem implantadas em cada área e distrito, técnicas de implantação e manejo agrícola, suporte técnico e científico, com as pesquisas de dados necessárias. ▪ Estímulo ao desenvolvimento de cooperativas de produção em

	<p>cada local de implantação dos projetos incentivados, com o suporte técnico e gerencial fornecido pelo poder municipal, desde a produção, passando pela colheita, processamento industrial e comercialização da produção em centros de consumo maiores e até para exportação, como das frutas em natura e em polpas, com mais valor agregado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projetos de rotação de lavouras canavieiras a partir da utilização de grãos (arroz, milho, feijão e soja), com o objetivo de aumentar a produtividade da cana, a renda advinda da lavoura e a oferta de grãos a preços menores. ▪ Manutenção das estradas vicinais do município para permitir mais rápida e melhor escoamento da produção local. ▪ Avaliação dos programas de eletrificação rural já implantados e ainda em andamento, para atender aos novos projetos distritais de produção integrada. ▪ Implantação das patrulhas mecanizadas em cada distrito, com controle do atendimento voltado para os programas locais, e nas folgas, aos demais pequenos produtores. ▪ Incentivo a produção apícola e seus subprodutos, hoje voltados para a exportação aos países orientais, em especial o Japão, grande consumidor da própolis, de alto valor comercial. ▪ Implantação do programa revolução verde, visando o desenvolvimento da agricultura orgânica de hortaliças, voltada tanto para o mercado local quanto para a produção de excedentes para a comercialização nos grandes centros e a exportação. ▪ Implantação de usina de biodiesel (biomassa), envolvendo a participação da agricultura (mamona, amendoim soja, etc) e de empresas usuárias do subproduto glicerina e do combustível resultante do processo, a exemplo do que ocorre em algumas empresas do país.
<p>Makhuol Moussallem (PT)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar linha de crédito junto ao Fundecam (com financiamento a longo prazo), para a construção de sistemas de irrigação e cisternas com captação das águas das chuvas, nas propriedades de agricultura familiar. ▪ Criação de Centro de Apoio do Produtor Rural, nas regiões de Santo Eduardo \ Santa Maria; Mineiros \ Saturnino Braga; Três

	<p>Vendas e Morro do Coco, dotados de telecentros, sala para cursos, espaço para oficinas, Centro de Referência em Assistência Social e projetos de Economia Solidária e Popular.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformular, após debate com os agricultores, a Feira da Roça. ▪ Ampliação das patrulhas mecanizadas. ▪ Garantir junto ao Governo Federal o apoio e ampliação do Seguro-Agrícola. ▪ Debate em torno da implantação dos conjuntos agrícolas, para garantir mais agilidade no financiamento de projetos e de serviços da Patrulha mecanizada. ▪ Firmar parcerias com IFF, UENF, Rural e Escola Agrícola, para garantir a pequenos agricultores e a agricultura familiar assistência técnica visando a diversificação da cultura, maior rentabilidade por área plantada, uso de tecnologias e substituição de lavouras de pouca rentabilidade. ▪ Criação de uma Política Municipal para a Juventude Rural, estimulando a permanência destes no campo, garantindo acesso a terra, inclusão digital, saúde, lazer, esporte, cultura , habitação e formação profissional. ▪ Implantar o ProInfa - Programa para geração de energia a partir da biomassa (bagaço de cana) e Biodisel. ▪ Implantar a agricultura orgânica em todo o município, garantindo ao produtor a compra da produção, que será destinada a rede municipal de educação e aos Restaurantes Populares.
<p>Rosinha (PR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular o agronegócio através de linhas de crédito com juros baixos, disponíveis na rede bancária, com a equalização de taxas pelo Fundecam. ▪ Ampliar o Fundecana, investindo em projetos inovadores que aumentem a produtividade e a rentabilidade nas lavouras de cana sem prejudicar o meio ambiente. ▪ Consolidar polos agrícolas de pequenos produtores. ▪ Estimular a diversificação de culturas, proporcionando maior conhecimento e rentabilidade para o produtor rural. ▪ Incentivar o plantio de culturas alternativas no período da entressafra da cana-de-açúcar, como o sorgo sacarino (planta de onde também se extrai álcool).

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar continuidade à dragagem e manutenção dos cursos d'água, naturais e artificiais, diminuindo o risco de alagamentos. ▪ Ampliar o programa de hortas comunitárias, escolares e nos condomínios do Morar Feliz. ▪ Manter o apoio à Feira da Roça e dos Bairros, garantindo transporte e infraestrutura para os produtores e ampliando as feiras itinerantes. ▪ Ampliar o plantio agroecologicamente sustentável, com a adoção de unidades demonstrativas em áreas de cultivos da agricultura familiar. ▪ Capacitar produtores da agricultura familiar para a caprinocultura, ovinocultura e suinocultura. ▪ Ampliar o programa de mecanização agrícola no plantio de grãos (feijão, milho e arroz).
--	--

Fonte: Elaboração própria, com base nos programas de governo dos candidatos apresentados pelo jornal eletrônico Terceira Via (2012).

Apresentando-se como prioritariamente voltado para a saúde, o programa de governo do candidato Arnaldo Vianna (PDT), em relação à agricultura, limitou-se a apresentação de três propostas, duas voltadas à pequena produção e uma de caráter administrativo. Além da criação de núcleos regionalizados no interior do município para a descentralização administrativa das ações da prefeitura voltadas para o setor agrícola, o programa do candidato propôs o estímulo a diversificação agrícola e a oferta de crédito para o pequeno produtor rural. Das três propostas do candidato, o estímulo a diversificação da produção agrícola compõe o conjunto das reivindicações mais recentes dos grupos ligados ao setor sucroalcooleiro.

Já o candidato Erik Schunk (PSOL), portador de uma agenda de esquerda radical, ao longo da campanha, fez duras críticas ao modelo sucroalcooleiro baseado no latifúndio, historicamente dominante na região, acusando-o, entre outros aspectos, de responsável pelo elevado grau de concentração fundiária e pela formação de grandes bolsões de pobreza e miséria no município. Em face disso, o candidato defendeu a retirada do apoio da prefeitura ao setor e a reversão da política agrícola do município em favor da agricultura familiar e dos pequenos agricultores. Neste aspecto, o concorrente ao pleito municipal posicionou-se favoravelmente a criação de mercados populares e a formação de cooperativas de pequenos

produtores, além da implantação de agrovilas na zona rural para o estímulo a agricultura de subsistência.

Desta forma, até pelo fato de apresentar um programa de governo direcionado a agricultura que se apresenta como alternativa ao modelo agrícola historicamente desenvolvido na região, Erik Schunk foi, dos cinco candidatos, o único que se desvinculou completamente das demandas corporativas do setor sucroalcooleiro e construiu uma agenda que não contempla nenhuma das reivindicações dos grupos ligados ao setor.

Por outro lado, diferentemente das poucas ações dos candidatos anteriores, o programa de governo de José Geraldo (PRP) foi aquele que apresentou o maior número de propostas direcionadas ao setor agrícola do município e, ao contrário da agenda de Erik Schunk, contemplou todas as demandas históricas do setor sucroalcooleiro, e ainda as ampliou, com a inclusão de novas propostas para a modernização técnica e tecnológica e para o aprimoramento da gestão no setor. Assim, além da abertura de linhas crédito específicas, da implantação de programas de apoio à irrigação, da manutenção das estradas vicinais do município e da avaliação dos programas de eletrificação rural, já finalizados e em andamento, José Geraldo defendeu o estabelecimento de programas de qualificação e de certificação industrial, a participação de universidades e instituições de pesquisa (UENF, UFRJ, EMATER e PESAGRO) na área de suporte técnico, tecnológico, científico e gerencial e a criação de projetos de rotação nas lavouras canavieiras, a partir da utilização de grãos (arroz, milho, feijão e soja), com o objetivo de aumentar a produtividade da cana, a rentabilidade da lavoura e a oferta de novos produtos agrícolas a preços menores.

Do ponto de vista das reivindicações mais recentes dos grupos ligados ao setor sucroalcooleiro do município, o programa de José Geraldo apresentou a defesa da diversificação da produção agrícola, com o estímulo ao desenvolvimento da fruticultura, da apicultura e da agricultura orgânica de hortaliças, e da implantação de uma usina de biodiesel alimentada pela produção de novas culturas, como a mamona, o amendoim e a soja, e por subprodutos industriais, como a glicerina.

O apoio a pequena produção, com o estímulo ao desenvolvimento de cooperativas, supervisionada pela oferta de suporte técnico e gerencial, e a implantação de patrulhas mecanizadas nos distritos, em benefício dos pequenos produtores, também estiveram presentes no plano de governo do candidato. Entretanto, o aspecto mais inovador das propostas direcionadas ao setor agrícola apresentadas pelo programa de José Geraldo foi a ênfase na defesa pela busca de produtos de maior valor agregado, de mercados de mais alta rentabilidade e da produção voltada ao mercado externo. Outro aspecto que merece

destaque é o desenvolvimento de projetos de coleta, reciclagem e compostagem do lixo orgânico para aplicação na agricultura orgânica, como alternativa ao atual modelo de coleta de lixo em atividade no município.

Seguindo na mesma direção da assimilação das demandas da fração social mais tradicional no município, o candidato Makhoul Moussallem (PT), por sua vez, notabilizou-se como aquele que ostentou o maior apoio às atividades agropecuárias do município. Durante a campanha eleitoral, no rádio e na televisão, evocou exaustivamente a memória de um “passado glorioso”, no qual Campos, graças à pecuária, à cana-de-açúcar e ao café, havia alcançado grande projeção nacional. Em resposta a crise vivenciada pelo setor e em decorrência de sua importância histórica, o candidato defendeu apoio ostensivo a estas atividades, chegando a propor a restauração do parque sucroalcooleiro do município.

Outro ponto que chama a atenção, no conjunto das propostas apresentadas pelo candidato, diz respeito a defesa da adoção de um programa de estímulo a geração de biomassa a partir do bagaço da cana-de-açúcar, mediante a instalação de usinas de biodiesel no município. Desse modo, Makhoul Moussallem apresentou-se como o candidato que, de maneira mais evidente, melhor encarnou as aspirações e o discurso dos principais grupos ligados ao setor, tanto daqueles vinculados a vertente restauracionista quanto dos que defendem a diversificação da cadeia produtiva da cana.

Por outro lado, cabe destacar que a agricultura familiar também registrou espaço na agenda do candidato, sendo contemplada, entre outras medidas, com a proposta de abertura de uma linha de crédito junto ao Fundecam para solucionar o problema da irrigação, a criação de centros de apoio ao produtor rural nos distritos, a reformulação da Feira da Roça, a ampliação das patrulhas mecanizadas e do seguro-agrícola, o estabelecimento de parcerias para a oferta de assistência técnica e o estímulo ao desenvolvimento da agricultura orgânica.

Por fim, a candidata a reeleição e prefeita Rosinha (PR) apresentou uma agenda de continuidade e consolidação do apoio dado tanto aos setores agrícolas tradicionais quanto aos pequenos agricultores. Nesta perspectiva, ela propôs a ampliação do Fundecana, o estímulo ao agronegócio, através da abertura de linhas de crédito específicas com juros reduzidos, a continuidade das ações de dragagem e manutenção dos cursos d’água para a redução do risco de alagamentos, o desenvolvimento do plantio de culturas alternativas no período da entressafra da cana-de-açúcar, como o sorgo sacarino (de onde também se extrai álcool), o estímulo a diversificação de culturas com o objetivo de proporcionar maior

rentabilidade para o produtor rural e a ampliação do programa de mecanização agrícola no cultivo de grãos, como o feijão, o milho e o arroz.

Em benefício da pequena produção, o programa de governo de Rosinha defendeu a consolidação dos polos agrícolas de pequenos produtores, a ampliação do programa de hortas comunitárias, a manutenção da Feira da Roça e da Feira dos Bairros, o plantio agroecologicamente sustentável nas áreas de cultivo da agricultura familiar e a capacitação dos agricultores familiares para a caprinocultura, ovinocultura e suinocultura.

4. Considerações finais

Como foi possível observar, dos cinco candidatos ao pleito municipal de 2012 apenas um se recusou a contemplar, em seu programa de governo, as demandas tradicionais do setor sucroalcooleiro. Contudo, embora a reeleição da prefeita Rosinha (PR), com 167.615 votos (69,96% dos votos válidos)⁹, garanta aos grupos ligados a cana, ao açúcar e ao álcool em Campos a continuidade, a nível municipal, pelos próximos quatro anos, do atendimento de suas reivindicações corporativas, o setor sucroalcooleiro regional vive, atualmente, um quadro de indefinição. Na safra 2011/2012, três usinas campistas estiveram em operação (Coagro, Canabrava e Paraíso). Em 2013, prevê-se a possibilidade de que mais quatro usinas passem a operar, duas em Campos (Santa Cruz, recentemente incorporada pela Canabrava, e Sapucaia, no momento, em processo de leilão judicial), uma em Quissamã e outra em Bom Jesus do Itabapoana. O aumento da demanda de etanol no mercado nacional e internacional em virtude das políticas de redirecionamento da matriz energética, no Brasil e no mundo, em favor das fontes renováveis, como a biomassa, tem sido apontado pelos representantes do setor como um dos principais fatores responsáveis pela produção de uma conjuntura de expansão das atividades sucroalcooleiras no Norte Fluminense.

No entanto, estes mesmos atores alertam para os limites da ampliação da capacidade de produção regional. Em entrevista recente ao jornal Folha da Manhã, de maior circulação no Norte Fluminense e sediado em Campos dos Goytacazes, o presidente do sindicato das Indústrias Sucroenergéticas do Norte Fluminense, Geraldo Coutinho, declarou que a região, atualmente, “não tem fôlego na produção de cana para alimentar de forma satisfatória as três usinas que estão em operação” e que, caso tenha início a produção

⁹ Os demais candidatos à prefeitura de Campos dos Goytacazes, nas eleições de 2012, por ordem decrescente, obtiveram a seguinte votação total, de acordo com os dados oficiais (TRE-RJ, 2012): Makhoul Mussalem (PT) 61.143 votos (25,52% dos votos válidos), José Geraldo (PRP) 5.513 votos (2,30% dos votos válidos), Erik Schunk (PSOL) 5.302 votos (2,21% dos votos válidos) e Arnaldo Vianna (PDT), embora tenha recebido 31.436 votos, teve sua votação anulada em virtude do indeferimento de sua candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

sucroalcooleira em novas unidades, “vai ser um abre aqui e fecha ali” (Andrade & Paes, 2012).

Um elemento que chama a atenção, nas declarações dos representantes do segmento sucroalcooleiro apresentadas pela imprensa local, são os fatores apontados como empecilhos para a ampliação do parque sucroalcooleiro no Norte Fluminense, atualmente: dificuldades para a expansão física da área de cana plantada, defasagem tecnológica, baixa produtividade das lavouras canavieiras e alto custo da produção em comparação às áreas mais dinâmicas do país. Considerando a revisão bibliográfica apresentada no início deste trabalho, observa-se um paralelo entre as causas do declínio do setor sucroalcooleiro regional na década de 1980, mencionadas pelos autores levantados, e os entraves ao crescimento do parque sucroalcooleiro regional na atualidade, apontados pelos representantes do setor, evidenciando as dificuldades destes atores em atualizarem as suas práticas desde a crise ocorrida há cerca de três décadas.

Além dos empecilhos apontados, pesam ainda na indefinição do futuro das atividades sucroalcooleiras no Norte Fluminense o estabelecimento, em curso, dos complexos do Açú e de Farol-Barra do Furado, que tendem a promover um conjunto de transformações na dinâmica regional, incluindo um processo de especulação imobiliária, pelo que vem sendo apontado por declarações de moradores locais, em antigas áreas tradicionalmente utilizadas para a implantação de lavouras de cana-de-açúcar. Outro fator é o próprio caráter marginal das atividades sucroalcooleiras sediadas no Norte Fluminense, o que a torna mais vulnerável aos efeitos de uma possível crise no setor que as atividades localizadas no centro dinâmico canavieiro do país.

Diante deste contexto, como forma de eliminação dos empecilhos que dificultam a expansão do setor na região, e mesmo como meio de sobrevivência futura, os setores ligados à cana, ao açúcar e ao álcool, em Campos e no Norte Fluminense, enumeram um conjunto de demandas, que, quase sempre, para serem atendidas, como é típico da prática e do discurso regionalista, necessitam e reclamam o apoio governamental, especialmente sob a forma de financiamento ou subvenção, nos três níveis (municipal, estadual e federal). Entre estas demandas, apresentam-se a introdução da mecanização da colheita, o aumento da produtividade média da cana mediante o melhoramento tecnológico, a recuperação dos canais de drenagem e irrigação e das estradas vicinais da região, a diversificação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, com a produção de novos subprodutos, e a compensação pelo baixo preço da cana. De todas estas reivindicações, tem destaque a equiparação, obtida desde 2008 junto ao governo federal em favor dos pequenos produtores do Norte Fluminense, da

subvenção de 5 reais por tonelada de cana oferecida aos produtores rurais dos estados de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Neste contexto, pode-se dizer, portanto, que para o atendimento de suas demandas corporativas, bem como para a sua própria reprodução e sobrevivência enquanto força social e econômica, no conjunto de suas articulações com as três esferas governamentais, os setores vinculados às atividades sucroalcooleiras no Norte Fluminense, especialmente em Campos, mais uma vez, a exemplo do que ocorrera na década de 1970 na conjuntura do Proálcool, recorrem a um conteúdo discursivo que evoca, por um lado, “o passado glorioso de outrora”, no qual Campos e região haviam figurado entre os maiores produtores de açúcar do país, tendo alçado o posto de maior produtor nas primeiras décadas do século XX, para justificar o apoio governamental e a importância histórica da atividade. Por outro lado, prenunciam “o catastrofismo do presente” decorrido de uma possível quebra do setor, argumentando a eliminação de milhares de postos de trabalho no campo, além de impactos profundos na economia regional advindos da redução da renda circulante. Evocam, por fim, como forma de sobrevivência diante do “amargo presente da cana”, o “doce passado do açúcar”.

5. Referências

Andrade, T. & Paes, D. P. 2012. “Quatro usinas devem entrar em operação”, *Folha da Manhã*, 18 ago., p. 9.

Arnaldo Vianna Prefeito 12: Programa de Governo (2013-2016). Disponível em: <http://jornal.terceiravia.com.br/eleicoes/imgs/ProgramadeGovernoArnaldoViannaPDT.pdf>, [Consult. 09 set. 2012].

Bourdieu, P. 2007. *O poder simbólico*. 10ª ed., Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Brasil. *Lei Federal nº 12.034 de 29/09/2009 (Nova Lei das Eleições)*.

Brasil. *Lei Federal nº 9.504 de 30/09/1997 (Lei das Eleições)*.

Campos dos Goytacazes. *Lei nº 7.084 de 02/07/2001 (Lei do Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAM)*.

_____. *Decreto nº 147 de 22/03/2002 (DECRETO FUNDECAM)*, Regulamentação da Lei Municipal nº 7.084 de 02/07/2001.

Cruz, J. L. V. da. 2004. “Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000)”, in: Pessanha, R. M. & Silva Neto, R. e (Orgs.).

Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo, WTC Editora, Campos dos Goytacazes, RJ, pp. 77-116.

_____. “Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense”, in: Carvalho, A. M. de & Totti, M. E. F. (Orgs.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*, Garamound, Rio de Janeiro, 2006. pp. 33-67.

_____. 2003. “Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense”, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Gomes Filho, H. 2003. “A Experiência de Plano Estratégico de Cidade no Município de Campos dos Goytacazes: a governabilidade num cenário de busca da democracia participativa”, mimeo, Campos dos Goytacazes, RJ, pp. 1-31.

OLIVEIRA, F. de. 1977. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Programa de Governo do PRP para o Município de Campos dos Goytacazes: Campos passada a limpo! Disponível em: <http://jornalterceiravia.com.br/eleicoes/imgs/ProgramadeGovernoJoseGeraldoPRP.pdf>, [Consult. 09 set. 2012].

Programa de Governo Makhoul Moussalem (PT). Disponível em: <http://jornalterceiravia.com.br/eleicoes/imgs/ProgramadeGovernoMakhoulMoussalemPT.pdf>, [Consult. 09 set. 2012].

Proposta de Programa de Governo da Frente de Unidade Popular (PSOL-PCB-PSTU). Disponível em: <http://jornalterceiravia.com.br/eleicoes/imgs/ProgramadeGovernoErikSchunkPsol.pdf>, [Consult. 09 set. 2012].

Propostas defendidas pelos candidatos a prefeito e a vice-prefeito: Rosinha Garotinho e Doutor Chicão. Disponível em: <http://jornalterceiravia.com.br/eleicoes/imgs/ProgramadeGovernoRosinhaGarotinhoPR.pdf>, [Consult. 09 set. 2012].

Serra, R. V. 2004. “Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais”, in: Pessanha, R. M. & Silva Neto, R. e (Orgs.). *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*, WTC Editora, Campos dos Goytacazes, RJ, pp. 173-192.

Silva, R. C. R. S. da & Carvalho, A. M. de. “Formação econômica da Região Norte Fluminense”, in: Pessanha, R. M. & Silva Neto, R. e (Orgs.). *Economia e desenvolvimento no*

Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo, WTC Editora, Campos dos Goytacazes, RJ, pp. 27-75.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Disponível em: http://www.tre-rj.gov.br/eleicoes_2012/internet/index.jsp, [Consult. 10 out. 2012].